

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
G	De 01/03/2000
C	<i>[Signature]</i>
Rúbrica	



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13628.000004/97-22

Acórdão : 203-05.894

Sessão : 15 de setembro de 1999

Recurso : 106.818

Recorrente : SUPERMERCADO DO IRMÃO LTDA.

Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG

2º	RECORRI DESTA DECISÃO
C	RJ/203-306
C	EM 03 de Agosto de 1999
Prestador Fazenda Faz. Nacional	

**DCTF – DENÚNCIA ESPONTÂNEA – Art. 138 do CTN. Precedente deste Conselho e da CSRF. Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: SUPERMERCADO DO IRMÃO LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Francisco Sérgio Nalini.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1999

Otacílio Damásio Cartaxo  
Presidente

*D. C. Z. L*  
Daniel Correa Homem de Carvalho  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva, Renato Scalco Isquierdo, Lina Maria Vieira, Mauro Wasilewski, Henrique Pinheiro Torres (Suplente) e Sebastião Borges Taquary.

Eaal/mas



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13628.000004/97-22

Acórdão : 203-05.894

Recurso : 106.818

Recorrente : SUPERMERCADO DO IRMÃO LTDA.

## RELATÓRIO

Denunciou espontaneamente a contribuinte não ter efetuado a entrega das DCTFs em tempo hábil, referente ao período de JAN/95 a JUL/96, postulando a não imposição de multa, nos termos do art. 138, do CTN.

A decisão da DRF em Governador Valadares - MG julgou ser devida a multa moratória em razão do atraso, não podendo ser afastada pela denúncia espontânea prevista no art. 138, do CTN.

Foi, então, lavrado contra a contribuinte o Auto de Infração de fls. 01/02, impondo a multa prevista na legislação com redução de 50%, em virtude de a contribuinte ter requerido espontaneamente efetuar a entrega das declarações em atraso.

Em Impugnação de fls. 13/17, inconformada, a recorrente esclarece que se utilizou do procedimento prevista no art. 138, do CTN, devendo ser cancelado o auto de infração, por não ser possível a exigência de quaisquer valores a título de multa.

A autoridade julgadora de primeira instância julgou procedente a exigência fiscal, às fls. 20/25, sob o fundamento de que o art. 138 somente se aplica aos casos de obrigação principal e, não, de obrigação acessória, como é o caso de entrega de DCTF fora do prazo regulamentar.

Inconformada, a contribuinte interpõe Recurso Voluntário, às fls. 29/33, reiterando os mesmos argumentos usados na impugnação, requerendo, por fim, seja reformada a decisão recorrida.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo :** 13628.000004/97-22

**Acórdão :** 203-05.894

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR DANIEL CORREA  
HOMEM DE CARVALHO**

Verifica-se assistir razão à recorrente.

O artigo 138, do Código Tributária Nacional estabelece:

"A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração."

A redação do artigo antes transcrita não deixa margem de dúvida de que o mesmo refere-se tanto a infrações relativas às obrigações principais quanto a aquelas acessórias, não impondo qualquer tipo de limitação.

Caso a denúncia espontânea estivesse limitada aos casos de infração relativas à obrigação principal, a norma legal teria outra redação, principalmente, levando-se em conta a expressão "acompanhada, sendo o caso, do pagamento do imposto devido".

Isto porque tal expressão careceria de sentido na hipótese de a denúncia espontânea não se aplicar, também, às infrações relativas às obrigações acessórias, porquanto em todos os casos seria acompanhada do pagamento da imposta devido.

Há de se destacar os precedentes deste Eg. Conselho acerca da questão:

*"Número do Recurso: 096619*

*Câmara: TERCEIRA CÂMARA*

*Número da Processo: 11080.003741/91-17*

*Tipo da Recurso: VOLUNTÁRIO*

*Matéria: DCTF*

*Recorrente: CASA DO SERRALHEIRO COM. E IND. LTDA*

*Recorruda/Interessado: DRF-PORTO ALEGRE/RS*

*Data da Sessão: 08/11/94 00:00:00*

*Relator: OSVALDO JOSÉ DE SOUZA*

*Decisão: ACÓRDÃO 203-01878*

*Resultado: DPU - DADO PROVIMENTO POR UNANIMIDADE*

*Texto da Decisão:*

*Ementa: DCTF - MULTA POR ATRASO NA ENTREGA - Não deverá ser mantida a exigência de multa por atraso na entrega da DCTF, quando o contribuinte se antecipa à ação do Fisco Recurso provido".*



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo :** 13628.000004/97-22  
**Acórdão :** 203-05.894

"Número da Recurso: 109917

Câmara: **SEGUNDA CÂMARA**

Número da Processo: 10835.000918/98-13

Tipo do Recurso: **VOLUNTÁRIO**

Matéria: **DCTF**

Recorrente: **WALTER MIGUEL NAHAS**

Recorrida/Interessado: **DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP**

Data da Sessão: 29/04/99 09:00:00

Relator: **Tardálio Campelo Borges**

Decisão: **ACÓRDÃO**

Resultado: **DPM - DADO PROVIMENTO POR MAIORIA**

Texto da Decisão: *Por maioria de votos, deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, Vencido o Conselheiro Marcos Vinicius Neder de Lima.*

Ementa DCTF - MULTA POR ATRASO NA ENTREGA -

ESPONTANEIDADE - INEXIGIBILIDADE - A denúncia espontânea da infração exclui a responsabilidade do sujeito passivo da obrigação tributada (CTN, art. 138)  
*Recurso provido.*"

Observo que, na Sessão realizada em 16.08.99, a Eg. Câmara Superior de Recursos Fiscais uniformizou o entendimento acerca dessa matéria, ao julgar os recursos RP nº 201-0.369 e RD nº 202-0.264, sendo vencido unicamente o Conselheiro Marcos Vinicius Neder de Lima.

Ante ao exposto, dou provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1999

*L. L. T. A.*  
 DANIEL CORREA HOMEM DE CARVALHO